



Estudo sobre a presença da história indígena no ensino básico: análises a partir de atividades desenvolvidas com os sétimos anos do Colégio Helena Kolody, Sarandi-PR

Thainá Correia da Silva ¹
Lárisa da Fontoura Teixeira ²
Sabrina Araujo de Sousa ³
Edilaine Cristina Mendonça ⁴
Marcia Elisa Tete Ramos ⁵

INTRODUÇÃO

Na atualidade, nota-se que em salas de aulas, temáticas Indígenas recebem pouco ou quase nenhum espaço de discussão, e quando feito, estes são munidos de olhares europeus. Por conta desses estereótipos empregados, percebe-se uma falta de reflexão crítica dos alunos sobre o tema em análise.

Estudiosos alegam que, a percepção a respeito dessa etnia presente nos livros didáticos se dá de forma sucinta e homogênea- fato apresentado ao decorrer do presente trabalho. Buscando combater essas visões “rasas” sobre a história indígena, foi elaborado com turmas de sétimos anos de um colégio de rede pública atividades que estimulassem um pensar sobre o papel desse indivíduo que é, e foi tão participativo na construção e consolidação de uma história e cultura nacional.

Tal atividade se faz necessária visto a extrema necessidade de se romper com apenas uma visão sobre o assunto, a europeia, ou seja, ao incentivar o aluno a pensar papéis e ações indígenas permite com que questionem e reflitam sobre a falta e “silenciamento” desses agentes em livros didáticos e sobre os conhecimentos muitas vezes passados a eles.

1 Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Bolsista Projeto Residência Pedagógica- CAPES. ra109345@uem.br;

2 [Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Bolsista Projeto Residência Pedagógica- CAPES. \[ra115751@uem.br\]\(mailto:ra115751@uem.br\);](#)

3 [Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Bolsista Projeto Residência Pedagógica- CAPES. \[ra111426@uem.br\]\(mailto:ra111426@uem.br\);](#)

4 Professora preceptora: Professora de História do quadro próprio do magistério do Estado do Paraná – Edilaine.mendonca@escola.pr.gov.br;

5 Professora Orientadora: Coordenadora e docente do PROFHISTÓRIA-UEM, metramos@uem.br



Em resumo, percebeu-se que os alunos apresentam dificuldades de desvinculação com um olhar eurocêntrico a respeito do descobrimento do Brasil, justificado com os anos de aprendizado baseado nesse modelo. Além de empregarem algumas incoerências históricas, como uso de anacronismos, e também problemas de gramática e coerência textual.

Com base no conhecimento dessas dificuldades pontuais, poderão ser elaboradas aulas e outras atividades que visem a solução e melhora dos entraves presentes nos alunos.

A observação das aulas do sétimo ano no Colégio Helena Kolody, Sarandi-PR, suscitou a elaboração de uma proposta de trabalho para alunos do sétimo ano. Observando as aulas de história e o andamento da classe, nota-se a defasagem dos alunos em ler e interpretar textos. A maioria dos discentes apresentavam baixo rendimento em atividades que fosse necessário uso de interpretação e escrita, pensando nessa questão e refletindo sobre o pouco que se é falado sobre história indígena em sala de aula, foi proposta uma atividade que abordasse as duas dificuldades.

O conteúdo que estava sendo trabalhado era a colonização, a chegada dos portugueses na América em 1500, sendo assim, foi explicado aos alunos a versão europeia dos fatos, o choque cultural e a ideia de “novo mundo” criada pelos estrangeiros. Utilizando a metodologia reflexiva e questionadora, pedimos que eles escrevessem um relato se colocando na posição de um indígena, em 1500, e escrevessem qual seria a reação perante a situação. Visando a desconstrução de inúmeros estereótipos negativos, a atividade foi pensada buscando incentivar os alunos a expandirem sua visão acerca do conhecimento existente, em sua maioria, europeu. Ao colocar o discente como indígena participativo no processo de descobrimento do Brasil, luta-se contra a ideia muito difundida, de que este grupo étnico não apresenta protagonismo na História nacional.

Ao aderir uma metodologia que obrigue o sujeito a se pôr como um pertencente a um grupo silenciado da história, permite que o mesmo questione e perceba a relevância e o papel deste na construção de uma identidade nacional.

Falar em história indígena nos anos anteriores a 2010 seria encontrar nos livros didáticos uma abordagem eurocêntrica e cheia de estereótipos. As autoras Márcia Elisa Teté Ramos, Marlene Rosa Cainelli e Sandra Regina Ferreira de Oliveira escrevem, em “As sociedades Indígenas nos livros didáticos: entre avanços, lacuna e desafios”, que o processo de implementação da temática “História Indígena” nos currículos escolares foi gradativa, por exemplo, na década de 1970 a cultura branca era exaltada e a protagonista nas narrativas, já em 1980 o indígena aparece como ser exótico, enquanto 1990 viria a privilegiar os colonizadores e ignorar a diversidade cultural.



A lei 11.645, criada em março de 2008, assegura a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, mas sem garantir uma reflexão crítica do conteúdo. Essa problemática se estende a diversos níveis do ensino e perpassa as concepções sociais acerca da temática. Estudar História indígena para além da colonização e do protagonismo europeu, é dar voz a um povo que está sendo inferiorizado desde a chegada dos portugueses, em 1500.

Após a implantação da Lei 11.645, as autoras afirmam que houveram impactos significativos no âmbito educacional. As mudanças são lentas e não seguem o mesmo ritmo, mas acontecem. Anteriormente o indígena tendia a ser retratado como ser do passado, que não evoluiu e ainda mantém os mesmos costumes e tradições, a história ignorou os avanços e a diversidade presente em cada etnia. Na literatura, a título de exemplo, os indígenas eram retratados com estereótipos extremos, romantizados ou violentos.

Essas percepções são frutos de uma história pautada na visão do colonizador, a história indígena, oral, não conquistou palco nos livros didáticos durante muitos séculos.

No texto “As diversidades étnicas no Brasil: desafios às práticas escolares” de Edson da Silva e Maria da Penha da Silva, os autores explicam a importância do ensino de história indígena nas escolas e o principal argumento utilizado é de que o ambiente escolar tem o dever de contribuir no combate de todo e qualquer tipo de preconceito e ensinar sobre as diferentes culturas é o caminho certo a se seguir. Eles partem do princípio de que é preciso conhecer para respeitar e entender as práticas indígenas, desmistificar as ideias errôneas sobre suas vestimentas, religião e cultura e também mostrar que os indígenas não são exóticos, não são personagens para fantasiar-se no dia do “índio” e, definitivamente, não são seres do passado.

Juliana Schneider Medeiros no texto “Povos indígenas e a lei 11.645: (in)visibilidades no ensino da história do Brasil”, afirma que durante muitos anos a escola abordou a história indígena de maneira genérica, ou simplesmente ignorou a temática. Mas os indígenas não estão na inércia, eles possuem lutas, na verdade, estão lutando a muito tempo em busca de representatividade e reconhecimento, querem ser enxergados como sujeitos da História. Para além, Schneider acredita que os não-indígenas precisam conhecer a diversidade e compreender que há outras maneiras de se pensar a sociedade a cultura que estão inseridos. A autora reconhece a necessidade de entender a maneira como o indígena foi retratado durante anos nos livros didáticos, houveram muitos avanços, mas a temática ainda é muito superficial na maioria dos exemplares.

O apagamento da cultura indígena na identidade nacional é uma problemática que caminha de mãos dadas com a educação, Schneider aponta a ideia historiográfica de que indígenas não possuíam história pela escassez de documentos escritos e que esse panorama só



se modificou em meados de 1990. Outro embate do ensino de História Indígena é a falta de protagonismo desses indivíduos, eles geralmente aparecem como sujeitos colaboradores nas narrativas europeias, principalmente na colonização do Brasil, quando o país deixa de ser colônia os indígenas param de aparecer nos registros e nos livros didáticos. A falta de pesquisas na área prejudica o ensino.

Ludmila Martins Ligório apresenta o resultado de uma pesquisa realizada em escolas de Porto Alegre, sobre as concepções que os alunos do ensino fundamental têm acerca da temática indígena, ela escreve “Problematizando representações acerca dos povos indígenas: uma experiência fundamental” onde aborda o método de problematização no ensino de história indígena, primeiramente investigando que os alunos entendiam como indígena e depois problematizando seus conhecimentos, ensinando a partir do que eles já sabem. Ligório também questiona quais os objetivos dos alunos e o que eles querem aprender sobre os indígenas, e dessas indagações ela propõe as atividades.

Pensando na importância do ensino de história indígena para a desconstrução de uma história eurocêntrica, estereótipos e preconceitos. Propomos uma atividade aos alunos, nos quais eles escreverão um texto em forma de carta ou diário, se passando por indígena ou português, sobre suas visões com relação a chegada dos portugueses no território.

Apesar de na contemporaneidade dos povos indígenas, já vim sendo incorporada sua história nos livros didáticos, ela é reforçada de estereótipos como informa Schneider, pois os indígenas representados nos livros didáticos geralmente são índios da Amazônia do Xingu e aparecem pintados, adornados e seminus, fazendo com que os que transitam no meio urbano, não sejam identificados como indígenas, e vistos como aculturados.

Os relatos produzidos pelos alunos em forma de atividade avaliativa serão as fontes analisadas, neles podemos enxergar o que os alunos pensam e imaginam sobre a visão do indígena e a chegada dos portugueses e também a visão do europeu sobre os povos que já habitavam o território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao concluir as atividades, percebeu-se pelas narrativas dos alunos, um escasso conhecimento acerca da temática indígena, inúmeros anacronismos, incoerências históricas, além de uma série de erros gramaticais. Partindo do método questionário reflexivo, utilizado pela professora Ludmilla Martins Ligório em Porto Alegre, no qual os alunos aprendem a partir das próprias dúvidas, tornou-se possível de observação os estereótipos que permeiam os



conhecimentos prévios dos alunos, e então, assim como Ligório, desmistificar saberes errôneos e xenofóbicos.

Paralelamente, com o trabalho, os estudantes refletiram sobre distintas realidades, as colocando em contraposição com a visão eurocêntrica que existe sobre a chegada do português ao Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com a atividade proposta percebemos que o conhecimento sobre história indígena dos alunos ainda é escasso, e o quanto os discentes ainda tem uma visão delimitada pela cultura branca sobre a chegada dos europeus na América.

Os relatos dos alunos envolveram diferentes narrativas, uma minoria defendeu que a chegada dos portugueses ao Brasil não foi descoberta, e sim invasão, que não houve uma troca amigável de espelhos por ouro como foi muito ensinado anos atrás, que os portugueses queriam de fato explorar os indígenas, outros imaginaram um cenário diferente, onde os indígenas vencem os portugueses, entre outros cenários variados.

Sendo assim, acreditamos que o ensino de história indígena no Brasil vem melhorando, vem sendo debatido, estudado e aplicado em sala de aula, mesmo que com passos pequenos. Ainda há muito para ser melhorado, estudado e pesquisado, para que assim possamos incluir o indígena na história do nosso país e da América como protagonistas, entendendo que sua cultura não é homogênea e que eles são agentes fundamentais na construção da historiografia brasileira e quem sabe assim quebrar os estereótipos, achismos, anacronismos, para vivermos em um país com menos preconceito, com um povo que realmente conhece sua história, que lutam pelos seus direitos e dos demais.

Palavras-chave: Educação; Indígena; História; Diversidade; Ensino

REFERÊNCIAS

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática do ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas/SP: Papyrus, 2003. RAMOS, Maria Elise Teté; CAINELLI, Marlene; OLIVEIRA, Sandra Ferreira. As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços lacunas e desafios. **Revista História Hoje**. v. 7, n. 14, p. 63-85, 2018.

LIGÓRIO, Ludmila Martins. Problematizando representações acerca dos povos indígenas: uma experiência fundamental. In: BERGAMASCHI, Maria Isabel H. Dalla Zen; XAVIER, Maria



Luisa Merino de Freitas. (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 159-170.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a Lei 11.645: (in)visibilidades no ensino de história do Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Isabel H. Dalla Zen; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 49-62.